

Cronistas do descobrimento





PERO VAZ DE CAMINHA, PILOTO ANÔNIMO,
PERO LOPES DE SOUSA, MANUEL DA NÓBREGA,
ANDRÉ THEVET, JEAN DE LÉRY,
HANS STADEN, JOSÉ DE ANCHIETA,
PERO DE MAGALHÃES GÂNDAVO,
FERNÃO CARDIM, GABRIEL SOARES DE SOUSA

Cronistas do descobrimento

TEXTOS SELECIONADOS

Organização

Antonio Carlos Olivieri

Marco Antonio Villa

© Antonio Carlos Olivieri, 1999

© Marco Antonio Villa, 1999

gerente editorial Claudia Morales

editor Fabricio Waltrick

editor assistente Emílio Satoshi Hamaya

diagramadora Thatiana Kalas

colaboração Fabiane Zorn, Grazielle Veiga

coordenadora de revisão Ivany Picasso Batista

revisão Bárbara Borges, Cláudia Cantarin, Clayton Gallo, Luciana Soares da Silva

projeto gráfico Fabricio Waltrick e Luiz Henrique Dominguez

coordenadora de arte Soraia Scarpa

editoração eletrônica Luiz Henrique Dominguez

pesquisa iconográfica Evelyn Torrecilla e Carlos Luvizari

imagem da capa *Who's afraid of red?* (Carneiros), 2002, obra de Dora Longo Bahia

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS - RJ

C957

5.ed.

Cronistas do descobrimento / organizadores Antonio Carlos Olivieri, Marco Antonio Villa ; Pero Vaz de Caminha... [et al.]. - 5.ed. - São Paulo : Ática, 2012.

168p. -(Bom Livro)

Inclui apêndice e bibliografia

ISBN 978 85 08 15410-4

1. Brasil - História - Descobrimento, 1500 - Fontes. 2. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822 - Fontes. 3. Brasil - Descrição e viagem. I. Olivieri, Antonio Carlos. II. Villa, Marco Antonio. III. Caminha, Pero Vaz de, 1450?-1500. IV. Série.

09-3760.

CDD: 981

CDU: 94(81)

ISBN 978 85 08 15410-4 (aluno)

ISBN 978 85 08 12710-8 (professor)

Código da obra CL 737833

2012

5ª edição

1ª impressão

Impressão e acabamento:

Todos os direitos reservados pela Editora Ática | 1999

Av. Otaviano Alves de Lima, 4400 | Cep 02909-900 | São Paulo | SP

Atendimento ao cliente: 4003-3061 | atendimento@atica.com.br

www.atica.com.br | www.atica.com.br/educacional

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



Sumário

Cronistas do século XVI: o Brasil na visão dos descobridores 9

Pero Vaz de Caminha 25

Carta do achamento do Brasil 27

Piloto Anônimo 35

Relação da viagem de Pedro Álvares Cabral 37

Pero Lopes de Sousa 45

Diário da navegação 47

Manuel da Nóbrega 55

Carta e Diálogo sobre a conversão do gentio 57

André Thevet 67

As singularidades da França Antártica 69

Jean de Léry 77

Viagem à terra do Brasil 79

Hans Staden 95

Viagem ao Brasil 97

José de Anchieta 103

“A Santa Inês” e Carta 105

Pero de Magalhães Gândavo 125

História da Província de Santa Cruz 127

Fernão Cardim 137

Tratados da terra e gente do Brasil 139

Gabriel Soares de Sousa 149

Tratado descritivo do Brasil em 1587 151

Bibliografia 159

Obra da capa 165



CRONISTAS DO SÉCULO XVI: O BRASIL NA VISÃO DOS DESCOBRIDORES

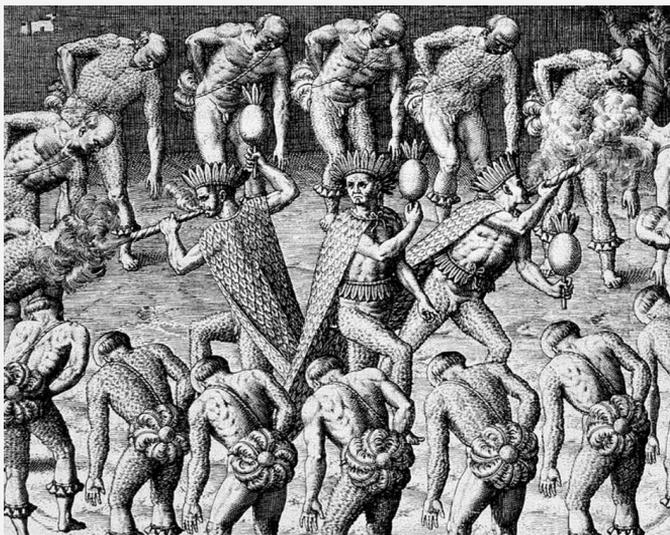
Antonio Carlos Olivieri e Marco Antonio Villa

Formado em letras pela Universidade de São Paulo (USP), Antonio Carlos Olivieri é jornalista e escritor. Mestre em sociologia e doutor em história social pela USP, Marco Antonio Villa é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Que descobrimento é esse?

É preciso relativizar a ideia de o Brasil ter sido descoberto por Pedro Álvares Cabral. Com a chegada dos navegadores portugueses, não ocorreu propriamente um descobrimento. Antes deles, o atual território brasileiro era habitado: estima-se a população indígena entre 1 e 5 milhões no Brasil de 1500. Foram os antepassados distantes desses índios que descobriram o Brasil, ao povoá-lo, por volta do ano 20000 a.C.

Além disso, outro português tinha estado aqui antes de Cabral. Em 1498, dom Manuel I, rei de Portugal, incumbiu o navegador Duarte Pacheco Pereira de uma expedição a oeste



Dança em ritual canibalista, gravura em cobre de Theodora de Bry, que ilustra o texto de Jean de Léry, Viagem à terra do Brasil.

do Atlântico sul. Suas caravelas atingiram o litoral brasileiro e chegaram a explorá-lo, à altura dos atuais estados do Amazonas e do Maranhão. A notícia foi mantida em sigilo pelo governo português, que enfrentava a concorrência espanhola na conquista da América do Sul.

Porém, se a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral não tem o sentido absoluto de um descobrimento, nem por isso o fato perdeu importância e significação. O 22 de abril de 1500 é a data oficial da integração do território brasileiro no sistema econômico mercantilista, em vigor na Europa, e que teve no comércio do ouro e das especiarias sua principal atividade. A data representa também a tomada de posse do território brasileiro pelo reino de Portugal, bem como o momento de inclusão do Brasil na história universal.

No século que se seguiu ao desembarque de Cabral, Portugal consolidou a posse da terra, submetendo o Brasil ao seu modelo econômico, erguido a partir das grandes navegações, no século XV. Assim, a ocupação e a exploração do território brasileiro — que compreendia inicialmente o litoral de Nordeste a Sudeste — foram feitas em benefício do colonizador: a Metrópole portuguesa. Para ela, a Colônia representava apenas um fornecedor de matéria-prima e metais preciosos.

O século XVI é o momento inicial da construção da colonização do Brasil pelos portugueses. É marcado por um processo histórico que começa com o confronto com índios, pela posse da terra, e com espanhóis e franceses, pelo direito de explorá-la comercialmente. Termina com o estabelecimento definitivo de povoações e estruturas econômicas (agricultura e comércio) na Colônia, além de um sistema político-administrativo.

O primeiro século de colonização

A conquista

No início do século XVI, os interesses portugueses estavam voltados para o lucrativo comércio das especiarias orientais, que atingira o apogeu em 1498, com a via-

gem de Vasco da Gama à Índia. Assim, não havia motivos para fazer grandes investimentos na nova colônia. Por não exigir muitos recursos, a extração do pau-brasil se revelou a melhor alternativa para explorar o território, batizado inicialmente de Terra de Santa Cruz. Até a década de 1560, o pau-brasil, utilizado para o tingimento de tecidos, foi o principal produto comercial da Colônia, dando-lhe o nome definitivo.

Em troca do pagamento de impostos e da prestação de serviços, como a construção de fortes e sua manutenção, o rei de Portugal concedia a um comerciante — o primeiro foi Fernão de Loronha, em 1502 — o direito de extrair pau-brasil. O concessionário organizava a viagem para o Brasil. A princípio, o contato amistoso com os indígenas garantia sua colaboração na empreitada. Eram eles que localizavam, derrubavam e transportavam as árvores até o litoral. Em troca recebiam mercadorias: facas, machados e até armas de fogo. A exploração intensiva rapidamente levou a uma devastação das matas no litoral, obrigando os índios a trazer a madeira de locais cada vez mais distantes. Com o passar dos anos, as dificuldades começaram a tornar o negócio menos lucrativo.

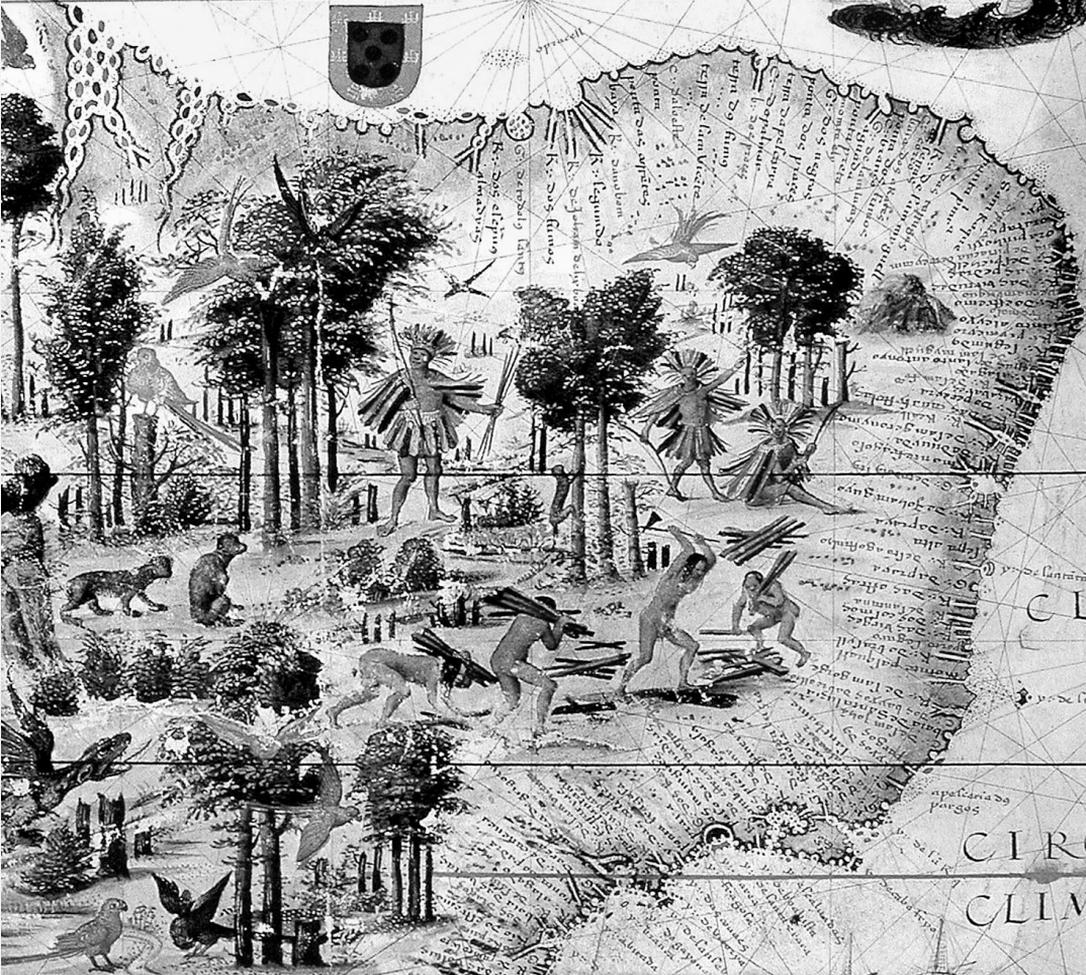
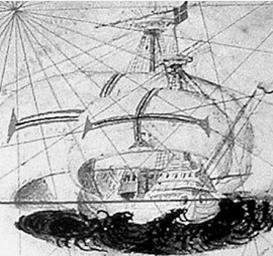
Nessa época, as fronteiras criadas na América pelo Tratado de Tordesilhas (1494) ainda não estavam claramente definidas. Portugal disputou as costas do Brasil com navegantes espanhóis e, especialmente, franceses, cuja presença constante levou o novo rei de Portugal, dom João III, a organizar expedições de defesa do litoral brasileiro. Em 1527, a expedição comandada por Cristóvão Jacques aprisionou diversos navios e mais de duzentos marinheiros franceses. Entretanto, as dificuldades financeiras para organizar as expedições guarda-costas, a decadência do comércio com o Oriente e o receio das ameaças dos franceses no litoral brasileiro levaram o rei a decidir-se pelo início da ocupação efetiva do território do Brasil.

Encarregado da tarefa em 1531, Martim Afonso de Sousa chegou ao Brasil no ano seguinte. Fundou a vila de

Tabula hęc Regionis magnę Brasilie est: ad partem occidentales
 Annulis castelle regis obinet: Bona vero eius presentis coloris
 fca: immatissima caribus humanis nescitur: Hęc eadem gens aru
 : lignis egregie untur: Hęc phytæi uel: Sloates alioq: unimere u
 ues fereq: monstruofe: et Scymiaz: plura genera reperiuntur plu
 rimaq: arbor: nascitur que beatil: muneipata uel: hibus purpureo colo
 re nigendis: opportuna cœnietur:

CV

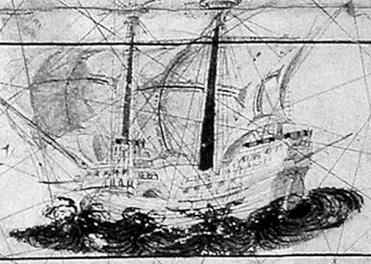
LV



TERRA BRASILIÆ

CIR
CLIM

CLIMA



CLIMA



São Vicente no litoral paulista, que se tornou um centro de expansão portuguesa rumo ao interior. Em 1534, sem recursos para explorar a colônia brasileira, dom João III criou o sistema de capitanias hereditárias, que constituíram a primeira divisão administrativa do Brasil. A Coroa portuguesa doou imensas porções de terra — desde Belém do Pará até a ilha de Santa Catarina — a particulares, os donatários, que tinham a obrigação de protegê-las e povoá-las, em troca do direito de exploração.

Porém, o desinteresse ou a incapacidade financeira de muitos donatários para o empreendimento colonial contribuíram para o fracasso do sistema de capitanias, que não resolveu o problema da ocupação definitiva do território. Em meados do século XVI, a presença dos franceses e outros navegantes europeus continuava a ameaçar o domínio português na América. Assim, dom João III resolveu implantar no Brasil um governo-geral, que centralizaria a administração e a defesa da Colônia.

Em 1548, designou Tomé de Sousa como primeiro governador-geral. Partindo para o Brasil no ano seguinte, Tomé de Sousa veio acompanhado de mil homens, parte dos quais degredados, além de seis missionários da Companhia de Jesus. Deu início à construção e fortificação da cidade de Salvador, na Bahia de Todos os Santos, que se tornou a sede administrativa da Colônia até o século XIX.

Seu sucessor, Duarte da Costa, governou o Brasil de 1554 a 1559. Nesse período, ocorreu a primeira tentativa francesa de colonização do país. Em 1555, o almirante

Na página oposta, *Terra Brasilis*, detalhe do mapa de Lopo Homem, de 1519, que mostra a representação do então disputado território brasileiro.

O mapa da baía de Guanabara, de Jacques de Vau de Claye, é de 1578 e atesta a ocupação do território pelos franceses.



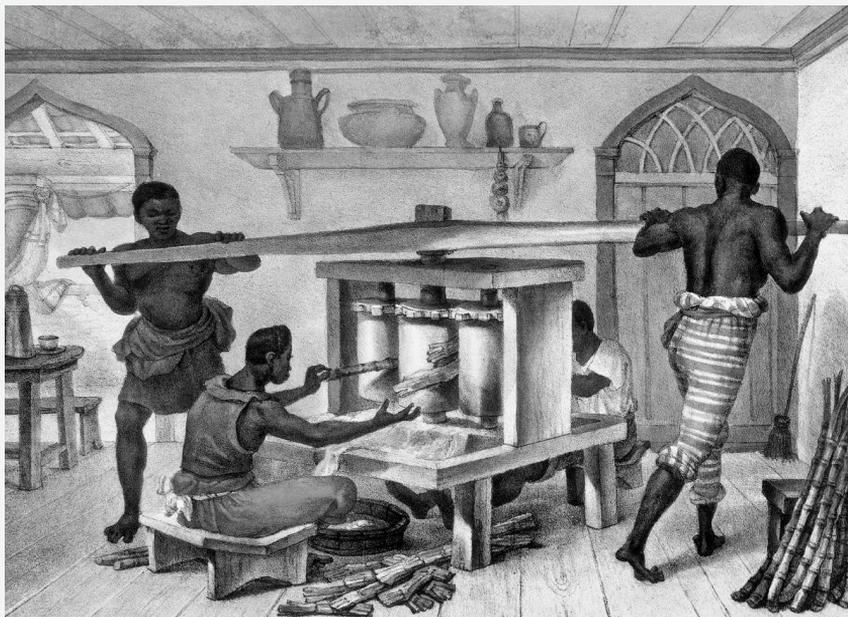
Nicolas Durand de Villegaignon, com o apoio do rei francês Henrique II, liderou uma expedição com esse objetivo. Fundou um forte e um povoado na baía da Guanabara, mantendo-os por cinco anos apesar da resistência portuguesa.

Com a designação de Mem de Sá como governador-geral, em 1559, tornou-se prioridade portuguesa a expulsão dos franceses. Mem de Sá organizou uma poderosa expedição com 2 mil homens, a maior parte dos quais formada por aliados indígenas, e atacou Villegaignon, derrotando-o em 1560. Ainda assim, navios franceses continuaram a desafiar os portugueses na Guanabara, até 1565, quando estes fundaram a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, dominando definitivamente a região.

O desenvolvimento econômico

Na segunda metade do século XVI, os fatos econômicos são mais relevantes que os políticos para a história do Brasil. A extração do pau-brasil perdeu importância econômica, sendo substituída pela agricultura. A cana-de-açúcar tornou-se o principal produto comercial da Colônia. A economia açucareira desenvolveu-se no Nordeste brasileiro, especialmente em Pernambuco e na Bahia, que possuíam solo e clima favoráveis. O litoral nordestino também se localizava mais perto dos portos portugueses, o que barateava os custos de transporte.

A concessão das terras cultiváveis pelo rei foi feita através de grandes propriedades, os latifúndios. Para trabalhar, em regime de escravidão, no plantio da cana-de-açúcar, foram trazidos da África escravos negros, em substituição aos índios, que resistiram à escravidão rebelando-se ou fugindo. A concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos proprietários, a agricultura extensiva e o uso do trabalho escravo se transformaram nas características básicas da economia da Colônia até as últimas décadas do século XIX. A escravidão foi incentivada pela própria Metrópole, pois o tráfico negreiro também se revelava um negócio lucrativo.



Ao lado dele, o comércio regular com o Brasil também era um importante elemento da exploração econômica da Colônia. Comerciantes compravam açúcar por preços baixos nas zonas produtoras nordestinas e revendiam por altos preços na Europa. Ao mesmo tempo, vendiam no Brasil, a preços igualmente altos, produtos manufaturados e alimentos, que eram escassos, devido ao cultivo exclusivo (monocultura) do açúcar nos latifúndios.

Nas últimas décadas do século XVI, consolidou-se o domínio português. O reconhecimento do litoral estava concluído, assim como a ocupação de grande parte das terras litorâneas, especialmente no Nordeste. A produção de açúcar não parou de crescer. Entre 1570 e 1585, o número de engenhos — nos quais se processava a cana para extrair o açúcar — dobrou na Colônia. O sucesso da economia açucareira deu a Portugal as condições financeiras para assegurar-se da posse e da ocupação efetiva do Brasil.

Ironicamente, o ápice desse processo aconteceu sob o domínio espanhol. Em 1578, na inexistência de herdeiros portugueses ao trono, o rei Filipe II da Espanha, neto de

Jean-Baptiste Debret (1768-1848) mostra nesta sua aquarela de meados do século XIX que a cana-de-açúcar estava presente não só na grande produção dos engenhos, como também no cotidiano da cidade: a pequena moenda portátil, colocada em um estabelecimento comercial do Rio de Janeiro, era usada para espremer o caldo da cana e vendê-lo.

dom Manuel I, foi considerado o herdeiro legítimo do trono português. Em 1580, Portugal e suas colônias, incluindo o Brasil, passaram a ser governados pela corte de Madri. O domínio espanhol se estendeu até 1640.

A literatura de informação

Diversos viajantes europeus que aqui estiveram, no século XVI, registraram no papel suas observações sobre a terra. Fizeram-no por obrigação profissional ou por motivos pessoais. Seus textos são basicamente depoimentos e relatos de viagem, com a finalidade de apresentar aos compatriotas um panorama do Novo Mundo. Sob a forma de cartas, diários, tratados ou crônicas, esses textos informativos foram escritos principalmente por portugueses.

O primeiro texto é a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, dom Manuel I, escrita entre abril e maio de 1500, quando a frota de Cabral se preparava para deixar o Brasil, seguindo em direção à Índia. Nela, o escrivão da armada dá conta do descobrimento da terra, descrevendo seus aspectos físicos e o contato com os nativos.

De autoria dos portugueses, segue-se à carta de Caminha uma série de outras obras. Entre elas, podem-se destacar o *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil*, de Pero Lopes de Sousa, que narra minuciosamente a expedição de Martim Afonso, em 1532, e o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, do senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, que procura traçar um amplo panorama da Colônia, em seus aspectos históricos, geográficos e econômicos.

Entretanto, europeus de outra nacionalidade, que aqui estiveram, também deixaram documentos importantes sobre o Brasil de então.

Dois chefes tupinambás com os corpos adornados por plumas, ilustração que faz parte do livro Duas viagens ao Brasil, de Hans Staden.



É o caso de *Duas viagens ao Brasil* (1557), do alemão Hans Staden, que descreve pormenorizadamente o modo de vida dos tupinambás, dos quais foi prisioneiro em 1554. Também se destacam *Viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry, e *As singularidades da França Antártica*, de André Thevet, que documentam a tentativa de colonização francesa comandada por Villegaignon.

Missionários jesuítas também estiveram no Brasil, a partir do primeiro governo-geral. Seu objetivo principal era catequizar os índios, convertendo-os ao cristianismo, mas seu trabalho acabou ultrapassando os limites religiosos e interferiu em diversos aspectos da vida colonial, particularmente com a criação de escolas e vilas. Os jesuítas também nos legaram obras sobre o período, como as *Cartas*, de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, fundadores da cidade de São Paulo.

Esse conjunto de textos — produzidos no Brasil ou apresentando a Colônia como tema — constitui a fonte original que nos permitiu o conhecimento dos fatos históricos. Em sua totalidade, as obras documentam os vários aspectos da implantação do processo colonial em território brasileiro. Nesse sentido, sua importância histórica é indiscutível: trata-se do relato dos acontecimentos pela perspectiva privilegiada de participantes ou testemunhas oculares. Toda historiografia sobre o período é tributária dessa literatura de informação. Mas não se esgota aí a riqueza desses textos, em que também se podem encontrar valores estéticos, que os aproximam de textos literários.

Imaginação e estilo

Dada sua finalidade principalmente informativa, a linguagem dos textos do século XVI em geral não admite metáforas nem outros artifícios estéticos. Entretanto, o caráter narrativo da maioria das obras e a capacidade imaginativa dos autores contribuem para fazê-los superar o caráter utilitário dos relatórios burocráticos ou científicos.

Nas obras, a anedota, a aventura e a fantasia se misturaram com as informações sobre a terra e os acontecimentos históricos, gerando narrativas com as quais o leitor não consegue deixar de se envolver, como num bom livro de ficção. O exemplo mais evidente é a obra de Hans Staden, repleta de peripécias e de episódios emocionantes, em que a vida do protagonista corre perigo. Porém, até numa carta de Anchieta (*Ao padre geral*, 1/6/1560) podem-se encontrar, lado a lado, a expulsão dos franceses da Guanabara e as aventuras do padre para salvar índios cristianizados que caíram prisioneiros de uma tribo antropófaga.

No que se refere à linguagem, podem-se encontrar nos textos do século XVI preocupações estilísticas semelhantes às dos prosadores portugueses do mesmo período. Um exemplo é a carta de Caminha. Homem erudito, ao dirigir-se ao rei o escrivão de Cabral estava atento aos padrões de elegância linguística da época. O cuidado com o estilo também está presente na *História da Província de Santa Cruz*, de Pero de Magalhães Gândavo, que foi estudioso da gramática portuguesa, tendo sido um dos primeiros a estabelecer suas normas num tratado.

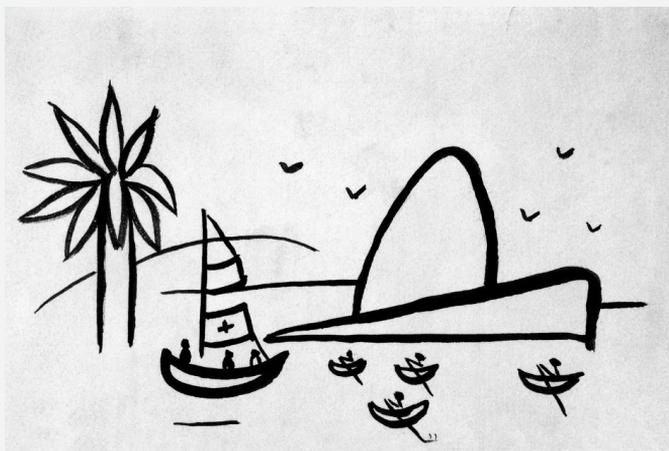
Assim, as qualidades estilísticas se unem à criatividade e às manifestações de emoção dos autores, modificando o caráter informativo/utilitário dos textos do século XVI e neles revelando valores artísticos e literários. Esses valores são reforçados na medida em que os textos apresentam particularmente o deslumbramento e o entusiasmo do europeu diante da natureza exuberante dos trópicos.

Essas sensações são a base de um sentimento de afeto pelo território que veio a se desenvolver em seus habitantes. Manifestou-se gradualmente ao longo do século XVI, até se transformar num modo de pensar, o nativismo, que valorizava a Colônia, chegando mesmo a considerá-la o futuro do reino de Portugal. O nativismo representou o estabelecimento dos conflitos de visão de mundo que permitiram diferenciar a mentalidade dos habitantes e nativos do Brasil do pensamento dos reinóis, isto é, dos naturais do reino lusitano. Nesse sentido, foi um dos primeiros passos do povo do Brasil em direção à independência e à construção da nacionalidade.

Apresentando-se de forma embrionária nos textos do século XVI, o nativismo tornou-se uma característica essencial das obras do barroco e do arcadismo, nossas primeiras escolas literárias, que se manifestaram respectivamente nos séculos XVII e XVIII. Vistos por essa ótica, a compreensão do desenvolvimento histórico da literatura brasileira no período colonial tem como pré-requisito o conhecimento dos textos informativos produzidos entre 1500 e 1600.

Mas não se esgota aí a sua importância para os estudos de literatura brasileira. Esses textos também repercutiram em muitos autores brasileiros dos séculos posteriores. Em meados do século XIX, num momento histórico marcado pela necessidade de afirmar a nacionalidade recém-adquirida, os escritores do romantismo, como Gonçalves Dias e José de Alencar, vão pesquisar as origens do país nos textos quinhentistas. Deles extraem a imagem do índio que utilizarão como personagem-símbolo da nacionalidade.

Por outra perspectiva, a primeira geração do modernismo vai se debruçar sobre os textos do século XVI para propor uma nova noção de nacionalismo, que questionava satiricamente os padrões culturais europeus seguidos no Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha é ironizada no capítulo IX (“Carta pras Icamiabas”) do *Macunaíma*, de Mário de Andrade. No livro *Pau-Brasil*, Oswald de Andrade compôs vários poemas com frases extraídas dos autores do



Pão de Açúcar, de 1925, desenho da pintora Tarsila do Amaral para ilustrar o livro *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade.

século XVI, de modo a criar uma versão paródica do modo tradicional de narrar a história do Brasil.

Assim, pode-se afirmar que os textos do século XVI apresentam interesse literário: a) por documentar o contexto histórico e cultural específico em que a literatura brasileira surgiu; b) pelas manifestações de criatividade e pelo cuidado estilístico; c) por apresentar a origem de características predominantes nas primeiras escolas literárias brasileiras, o barroco e o arcadismo; d) por servir de inspiração à literatura brasileira de épocas posteriores.

Esta antologia

Os estudos de literatura brasileira consideram como seu objeto somente os textos escritos em português. Em sua *História concisa da literatura brasileira*, o professor Alfredo Bosi aponta os cinco autores e obras mais significativos do século XVI. São eles:

- a) Pero Vaz de Caminha, *Carta do achamento do Brasil* (1500);
- b) Pero Lopes de Sousa, *Diário da navegação* (1530);
- c) Pero de Magalhães Gândavo, *Tratado da terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576);
- d) Fernão Cardim, *Narrativa epistolar* (1583) e *Tratados da terra e gente do Brasil* (data incerta);
- e) Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*.

Além desses, incluímos na presente antologia a narrativa do Piloto Anônimo, que complementa o relato de Caminha, apresentando a viagem de Cabral propriamente dita. Acrescentamos também as cartas de Nóbrega e de Anchieta, que enfocam aspectos essenciais do período, como a catequese do indígena e a expulsão dos franceses da Guanabara. Primeiro homem a escrever versos no Brasil e autor de uma obra poética de valor considerável, Anchieta também está representado por um poema, “A Santa Inês”.

Também incluímos na coletânea trechos das obras de Léry, Thevet e Staden. Independentemente de se tratar de

traduções, são obras que focalizam o Brasil do mesmo período, por uma perspectiva frequentemente semelhante à dos portugueses, no tocante à informação. Além disso, pela riqueza e precisão de detalhes, trata-se de textos fundamentais para o conhecimento dos índios, os primeiros habitantes do país.

As edições que utilizamos são consideradas as principais. Quanto às traduções, no caso do texto de Staden utilizamos uma edição brasileira de 1930; os textos de Thevet e Léry foram traduzidos especialmente para esta edição. Todos os textos que seguem foram atualizados ortograficamente. Sintaxe e vocabulário, porém, foram mantidos em sua forma original; atualizações nesse sentido acabariam por interferir no próprio espírito das obras, descaracterizando-as.

Em algumas passagens, quando a defasagem vocabular entre o português quinhentista e o atual é muito grande ou o contexto é de difícil compreensão para o leitor, foram incluídas notas de rodapé para esclarecer dúvidas. Os trechos da obra de cada autor são precedidos por notas com informações biográficas e sobre os livros de que foram extraídos.

Como se poderá ver, a vivacidade das narrativas ou descrições dos cronistas do século XVI assim como o interesse histórico dos temas ou episódios tornam difícil não se deixar envolver pelo prazer da leitura e embarcar numa viagem pelo passado, conduzida pelas vozes da própria História.



**Cronistas do
descobrimento**

A CERTIDÃO DE NASCIMENTO DO PAÍS

Pouco se sabe acerca de Pero Vaz de Caminha (Porto?, 1450 - Calicute, 1500), até se tornar escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral. Era filho de Vasco Fernandes Caminha, fidalgo e escrivão ligado aos empreendimentos ultramarinos. Devido à sua participação na guerra contra Castela, em 1476, foi nomeado mestre da Balança da (Casa da) Moeda, um cargo equivalente ao de escrivão e tesoureiro. Também foi eleito vereador pela cidade do Porto, em 1497, tendo redigido os *Capítulos da Câmara*, uma espécie de Constituição local.

Não se conhecem as circunstâncias em que Caminha foi nomeado escrivão da armada, mas o cargo revela prestígio e confiança junto à Corte portuguesa. Após a viagem ao Brasil, devia fixar-se na Índia, como escrivão da feitoria portuguesa em Calicute. Porém, diante da hostilidade dos habitantes dessa cidade à sua frota, Cabral reagiu com grande violência, massacrando os indianos. Pero Vaz de Caminha morreu em combate, em um dia ignorado de dezembro de 1500.

Foi a *Carta do achamento* que fez o escrivão passar à História. Escrita entre os dias 26 de abril e 1º de maio de 1500, tem como objetivo informar ao rei de Portugal, dom Manuel I, o descobrimento e apresentar-lhe o que aí se encontrou. A carta revela um estilo claro, marcado pela objetividade que convém a um relatório. Os fatos aparecem narrados em ordem cronológica, desde o começo da viagem, em 9 de março, até o momento de deixar o Brasil, em 2 de maio.

Mas o texto acaba sendo mais do que apenas um inventário dos fatos, pois o escrivão não se comportou como um simples burocrata. Como observa o professor José Aderaldo Castello, a carta é

[...] a primeira expressão do deslumbramento e ao mesmo tempo dos equívocos e intenções do colonizador português, através de uma linguagem